

TERMO DO CONTRATO**CONTRATO RFB/COPOL Nº 25/2015**

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos de digitalização de documentos visando atender às Unidades da Receita Federal do Brasil (RFB).

Aos 31 dias do mês de AGOSTO do ano de 2015, na sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", Anexo A - Sala 214, na cidade de Brasília - DF, de um lado a UNIÃO, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo seu Coordenador-Geral de Programação e Logística, Sr. Nilton Costa Simões, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 298 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em sequência denominada simplesmente **Contratante**, e, de outro lado, a empresa Epson Rio de Janeiro Importadora e Exportadora LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.802.111/0001-09, com sede na Rod. Pres. Dutra, S/N, Km 298, Armazém Via C, Col. INT 5 Setor Portão 8, Polo Industrial 1, Resende-RJ, CEP 27.540-002, neste ato, representada pelo Sr. André Luis Costa Vaz Almeida, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de identidade RG de nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob [REDACTED] com escritório na cidade de Baueri/SP, na Av. Tucumará nº 720, Bloco II, Tamboré, CEP 06460-020, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Contratado**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada e aprovada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 1993, um Contrato de 4.056 (quatro mil e cinquenta e seis) equipamentos de digitalização de documentos visando atender às Unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), objeto do Processo MF nº 12440.000602/2012-17, que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 12 de novembro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 4.056 (quatro mil e cinquenta e seis) equipamentos de digitalização de documentos, com fornecimento de software e treinamento, visando atender às Unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com a finalidade de expandir o sistema "e-Processo", cujo objetivo é a criação de processos administrativos totalmente digitais, com uso da tecnologia Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e fluxo automatizado de trabalho ("Workflow"), conforme especificações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços RFB/Copol nº 14/2014 e planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	SCANNER DE MESA COLORIDO com alimentador automático de folhas -ADF-, SEM mesa digitalizadora -FLATBED- e COM SOFTWARE de Captura de Imagem.	4056	1.420,00	5.759.520,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos a seguir enumerados, que integram o Processo nº 12440.000602/2012-17, do Ministério da Fazenda, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem expressamente:

- I. Edital do Pregão Eletrônico RFB/Copol nº 14/2014, de 28 de janeiro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, doravante denominado **Pregão**;
- II. proposta comercial e documentos que a acompanham, doravante denominada de **Proposta**, apresentada pelo **Contratado** na licitação acima referida, às fls. 479 a 492 do supracitado processo; e
- III. Ata de Registro de Preços devidamente assinada pelas partes, às fls. 747 a 751/768 do supracitado processo.
- IV. Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços RFB/Sucor/Copol nº 14/2014 constante às fls. 375v a 389v do já citado processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO

A presente contratação foi objeto de licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme Edital constante às fls. 364 a 411 do Processo MF nº 12440.000602/2012-17, cujo aviso foi publicado, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, na página 96 do Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2015, em jornal de grande circulação nacional, de 29 de janeiro de 2015, na página 10, e nos sites da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Comprasnet, em 29 de janeiro de 2015, e ao qual o presente



Contrato está vinculado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura e vigorará prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e da garantia de funcionamento pelo período não inferior a 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do recebimento definitivo do último equipamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – O término da vigência deste Contrato não exonera o **Contratado** de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia, estando sujeito, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo depois de expirada a vigência do Contrato, às penalidades previstas na **Cláusula Décima Sétima** deste Contrato, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

Os objetos contratados deverão ser entregues nas localidades listadas no Anexo V do Edital do **Pregão**, com as respectivas alterações ocorridas de comum acordo constantes às fls. 779/784 do processo em tela, no prazo máximo de 6 (seis) meses corridos, a contar da assinatura deste contrato, notificando o responsável pela unidade administrativa e a RFB através do Gestor do Contrato, conforme “Cronograma de Entrega” dos equipamentos aprovado pelo **Contratante**.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação feita por equipe de gerenciamento designada pelo **Contratante**, do qual farão parte: Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico, Fiscal Técnico Regional, Gestor do Contrato, Fiscal Administrativo do Contrato e Servidor Local.

I. O **Fiscal Requisitante** será responsável por:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do **Contratado** ao Gestor do Contrato;

b) Estando em conformidade com a avaliação de qualidade do treinamento, assinar em conjunto com o Fiscal Técnico o Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ) do treinamento;

c) Estando o objeto em conformidade com o contratado, assinar em conjunto com o Gestor do Contrato o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos equipamentos e do treinamento.

II. O **Fiscal Técnico** será responsável por:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do **Contratado** ao Gestor do Contrato;



Handwritten signature in blue ink.

propor à Área Administrativa a aplicação de sanções ou encaminhamento de demandas de correção ao **Contratado**;

f) Em sendo o caso, encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para a Área Administrativa e solicitar providências;

g) Estando o objeto em conformidade com o contratado, elaborar o(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo (TRD) dos equipamentos, podendo fazê-lo por região fiscal, e os Termos de Recebimento Definitivo (TRD) dos treinamentos, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado em conjunto com o Fiscal Requisitante;

h) Autorizar o **Contratado** a emitir a nota fiscal/fatura;

i) Autorizar o pagamento dos bens adquiridos e serviços prestados;

j) Manter registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do Contrato.

k) Elaborar Termo de Encerramento do Contrato a ser assinado pelo **Contratado** e pelo **Contratante** findado o prazo de vigência do Contrato.

V. O **Fiscal Administrativo** será responsável por:

a) Observar, na produção da documentação de execução do Contrato, o cumprimento das formalidades previstas;

b) Receber do **Contratado** a documentação de faturamento (Faturas, Notas Fiscais e outros documentos pertinentes);

c) Conferir documentação de faturamento com relação à sua aderência aos termos contratuais;

d) Verificar regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em sendo o caso;

e) Emitir consulta de regularidade fiscal no SICAF;

f) Validar Notas Fiscais Eletrônicas;

g) Interagir com intervenientes, quanto às irregularidades observadas;

h) Formalizar processo administrativo para pagamento;

i) Despachar processo administrativo ao Gestor do Contrato;

j) Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.

VI. O **Servidor Local** será responsável por:

a) Fazer o recebimento dos equipamentos, verificando a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, correspondente no que diz respeito à marca, modelo, número de série e acessórios do equipamento;

b) Acompanhar a instalação dos equipamentos nos locais definidos pelo técnico da Unidade do Contratante;




c) Em caso de conformidade, fazer constar no canhoto e no verso da Nota Fiscal (NF) a data de entrega e o responsável pelo recebimento dos equipamentos e encaminhar, em até 2 (dois) dias úteis, cópia digitalizada desta NF, por meio de correio eletrônico, para o Fiscal Técnico Regional de sua respectiva Região Fiscal;

d) Em caso de não conformidade, o servidor responsável além de proceder como no item anterior, discriminará, mediante termo circunstanciado, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos e envio das respectivas cópias dos documentos, por e-mail, ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico Regional, ficando o Contratado, a partir do recebimento da comunicação enviada pelo Gestor do Contrato, cientificada de que deverá sanar os problemas identificados e que estará passível de penalidades cabíveis.

e) Providenciar a imediata comunicação dos fatos encaminhando uma via do termo circunstanciado ao Gestor do Contrato e notificando o Fiscal Técnico Regional via e-mail, ficando o Contratado, com o recebimento do termo, cientificada de que deverá sanar os problemas identificados e que estará passível das penalidades cabíveis;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização de que trata esta Cláusula será exercida no interesse do **Contratante** e não exclui, nem reduz a **responsabilidade do Contratado**, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **Contratante** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993, com suas alterações).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **Contratante** se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os objetos, se em desacordo com as especificações exigidas no Anexo I do Edital e das constantes na proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Gestor do Contrato anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Equipe de Gestão do Contrato deverão ser solicitadas a instâncias superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

O objeto da presente contratação será fornecido ao preço total de R\$ 5.759.520,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte reais), conforme registrado na Ata de Registro de Preços, e será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

O recebimento dos equipamentos e dos treinamentos serão feitos em etapas, a seguir discriminadas:



Handwritten signature and initials in blue ink.

I. Recebimento Provisório dos Equipamentos

a) Para fins de recebimento provisório dos equipamentos, o Fiscal Técnico Regional consolidará todas as cópias digitalizadas enviadas pelos servidores locais responsáveis pelo recebimento dos equipamentos confrontando com o prazo de entrega estabelecido no cronograma;

b) Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico Regional fará o recebimento provisório dos equipamentos, para posterior análise qualitativa, emitindo o Termo de Recebimento Provisório (TRP) em 2 (duas vias), que deverão ser encaminhadas para o Gestor do Contrato e para o **Contratado**;

c) Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico Regional deverá interagir com os atores responsáveis para sanar as irregularidades detectadas, além de discriminar mediante termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas e providenciar a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato, ficando o **Contratado**, com o recebimento do referido termo, cientificado de que deverá sanar as irregularidades apontadas e de que estará passível de penalidades cabíveis;

II. Recebimento Definitivo dos Equipamentos

a) Emitido o TRP dos equipamentos, em até 2 (dois) dias úteis, o Fiscal Técnico Regional avaliará a qualidade da solução de acordo com os critérios técnicos especificados no anexo I do Edital;

b) Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico Regional emitirá o Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ) dos equipamentos, atestando que a solução implementada possui a qualidade prevista no Edital e o encaminhará ao Gestor do Contrato juntamente com o TRP;

c) Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico Regional interagirá com os atores responsáveis para sanar as irregularidades detectadas;

d) O Fiscal Técnico Regional discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato e ao Fiscal Técnico, ficando o **Contratado**, com o recebimento do termo, cientificado de que está passível das penalidades cabíveis e ficará responsável por corrigir as irregularidades apontadas;

e) No prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da emissão do TAQ, o Gestor do Contrato elaborará o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos equipamentos, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado por ele juntamente com o Fiscal Requisitante;

f) O Gestor do Contrato autorizará o **Contratado** a emitir as Notas Fiscais/Fatura de acordo com os TRD entregues;

g) O **Contratado** deverá encaminhar as Notas Fiscais/Fatura ao Fiscal Administrativo;

h) Ao **Contratado** caberá sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos;



provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

i) Caso um equipamento entregue e recebido, apresente defeito em sua primeira tentativa de funcionamento, o **Contratado** deverá trocá-lo por um novo equipamento com as mesmas especificações;

j) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do **Contratado** pelo perfeito desempenho dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos equipamentos durante o prazo de garantia contratado.

III. Recebimento Provisório do Treinamento

a) Para fins de recebimento provisório do treinamento, a avaliação será realizada frente ao encerramento do treinamento conforme cronograma, bem como ao atendimento do serviço entregue frente aos requisitos estabelecidos no Edital e Anexos.

b) Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico fará o recebimento provisório do treinamento, para posterior análise qualitativa, emitindo o Termo de Recebimento Provisório (TRP) do treinamento em 2 (duas vias), que deverão ser encaminhadas para o Gestor do Contrato e para o **Contratado**.

c) Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico deverá interagir com os atores responsáveis para sanar as irregularidades detectadas, além de discriminar mediante termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas e providenciar a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato, ficando o **Contratado**, com o recebimento do referido termo, cientificado de que deverá sanar as irregularidades apontadas e de que estará passível das penalidades cabíveis.

IV. Recebimento Definitivo do Treinamento

a) Emitido o TRP, em até 2 (dois) dias úteis, em conjunto, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante avaliarão a qualidade do treinamento de acordo com os critérios técnicos especificados no Edital e Anexos;

b) Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante emitirão o Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ), atestando que o treinamento ministrado possui a qualidade prevista no Edital, e o encaminhará ao Gestor do Contrato;

c) Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico interagirá com os atores responsáveis para sanar as irregularidades detectadas;

d) O Fiscal Técnico discriminará em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato, ficando o **Contratado**, com o recebimento do termo, cientificado de que está passível das penalidades cabíveis e ficará responsável por corrigir as irregularidades apontadas, até mesmo, quando for o caso, ministrar novo treinamento sem ônus para o **Contratante**;

e) No prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da emissão do TAQ do



treinamento, o Gestor do Contrato elaborará o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) do treinamento, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado por ele juntamente com o Fiscal Requisitante;

f) De posse do Termo de Recebimento Definitivo do treinamento, o Gestor do Contrato autorizará o **Contratado** a emitir as Notas Fiscais/Fatura do treinamento;

g) O **Contratado** deverá encaminhar as Notas Fiscais/Fatura ao Fiscal Administrativo;

h) Ao **Contratado** caberá sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Incumbe ao **Contratante**:

I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

II. exigir do **Contratado** o cumprimento integral das obrigações assumidas;

III. designar comissão de acompanhamento da execução do Contrato, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 2010, da qual participarão: Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico, Fiscal Técnico Regional, Gestor do Contrato, Fiscal Administrativo do Contrato e Servidor Local;

IV. promover reunião inicial entre o **Contratado** e o **Contratante** para alinhamento das expectativas;

V. proporcionar todas as facilidades para o **Contratado** executar a prestação dos serviços objeto deste Contrato, permitindo o acesso dos profissionais do **Contratado** às suas dependências, sendo que esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas do **Contratante**, principalmente às de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;

VI. fornecer ao **Contratado** as informações necessárias para a plena execução deste Contrato;

VII. detectar eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do **Contratado**, solicitando imediata interrupção, se for o caso;

VIII. receber os objetos entregues pelo **Contratado**, que estejam em conformidade com a proposta aceita;

IX. recusar, com a devida justificativa, qualquer objeto entregue fora das especificações constantes na proposta do **Contratado**;

X. atestar a Nota Fiscal/Fatura após recebimento definitivo dos objetos desta licitação;



- XI. efetuar os pagamentos pertinentes ao **Contratado**;
- XII. aplicar ao **Contratado** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- XIII. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do **Contratado**;
- XIV. solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- XV. informar ao **Contratado**, dentro do período de garantia, os novos locais para prestação da garantia, caso ocorra remanejamento de equipamentos para outras unidades do **Contratante** não informadas no Edital do **Pregão** e seus anexos; e
- XVI. proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem obrigações específicas do **Contratado**, sem prejuízos das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos equipamentos/soluções/serviços nele previsto:

- I. possuir estrutura suficiente para realizar os serviços objeto do Contrato;
- II. responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pelo **Contratante**, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;
- III. fornecer um documento oficial que comprove que a titularidade das licenças fornecidas pertence à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV. responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega do objeto contratado, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no Edital do **Pregão** e seus anexos;
- V. participar, dentro do período compreendido entre a assinatura deste Contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe do **Contratante** que fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;
- VI. elaborar Cronograma de Entrega do objeto contratado;
- VII. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- VIII. entregar os objetos nas quantidades e prazos estabelecidos no Edital do **Pregão**



ou na proposta, se nesta constar prazo inferior;

IX. responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, impostos, tributos, fretes, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à entrega do objeto contratado;

X. assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma;

XI. substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação, todos os equipamentos recusados na fase de recebimento;

XII. consertar, e, se for o caso, substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, todos os materiais defeituosos durante o período de garantia técnica;

XIII. assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive todas as suas alterações, manuais, programas fonte e objeto, bases de dados, fitas e discos magnéticos ou outros recursos, pertencentes ao **Contratante**, armazenados ou residentes no **Contratado**;

XIV. adotar políticas de segurança de informação par atender aos requisitos de sigilo e segurança definidos pelo **Contratante**;

XV. não disponibilizar qualquer informação de propriedade do **Contratante**, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a sua anuência expressa;

XVI. não divulgar projetos, serviços e soluções de Tecnologia da Informação - TI do **Contratante**, nem falar em nome deste em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização;

XVII. Indicar formalmente, por meio de carta de preposição, preposto apto a representá-lo junto ao **Contratante**, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar os técnicos de suporte que prestarão os serviços, bem como comparecer perante o **Contratante** sempre que convocado;

XVIII. ministrar treinamento conforme especificação definida no Anexo I do Edital do **Pregão**;

XIX. comunicar ao **Contratante** qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

XX. prestar garantia de funcionamento contra eventuais defeitos de fabricação, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da expedição do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do Edital do Pregão e neste Termo de Contrato;

XXI. fornecer todos os *upgrades*, atualizações e novas versões dos SOFTWARES ofertados que se tornem disponíveis comercialmente, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da sua instalação, sem qualquer custo adicional o **Contratante**;

XXII. manter, durante o período de vigência do contrato, técnico ou responsável competente para atender e esclarecer, em até 24 (vinte e quatro) horas do



chamado, eventuais dúvidas sobre o funcionamento dos equipamentos, seja de forma presencial (*on site*) ou não, a critério do **Contratado**;

XXIII. executar os serviços com o mínimo possível de interferência nas operações do Órgão e nas rotinas de seus ocupantes ou usuários;

XXIV. não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas;

XXV. manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação correspondente, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XXVI. registrar e manter registros históricos de todas as solicitações feitas pelo **Contratante** para acompanhamento e controle da execução dos serviços de suporte e assistência técnica para serem fornecidos ao **Contratante** quando solicitados;

XXVII. atender prontamente as orientações e exigências do Gestor do Contrato, inerentes à execução do objeto do Contrato;

XXVIII. cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica aos equipamentos, na forma e prazos estabelecidos no Edital do **Pregão** e seus anexos;

XXIX. sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos provisório e definitivo;

XXX. informar o Gestor do Contrato a respeito de toda decisão e ação relacionada com o Contrato em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela RFB/Copol em moeda corrente nacional, no valor auferido no processo licitatório, por meio de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, com o depósito na conta corrente do **Contratado**, junto a Agência Bancária indicada pela mesma, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo representante do **Contratante**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para efeito de pagamento, o **Contratado** encaminhará ao Fiscal Administrativo, após a autorização do Gestor do Contrato, a respectiva nota fiscal/fatura do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio **Contratado**, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado na proposta e no Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso os dados da fatura estejam incorretos, o **Contratado** deverá emitir nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a fatura seja emitida pelo **Contratado** com valores em desacordo com o autorizado pelo **Contratante**, este procederá com o pagamento apenas da parte por ele reconhecida, devendo o **Contratado** ser comunicado.



PARÁGRAFO QUINTO – A cada pagamento, o **Contratante** verificará a manutenção das condições de habilitação do **Contratado** por meio de consulta on-line ao SICAF, ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e à prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, os quais serão juntados ao processo administrativo.

PARÁGRAFO SEXTO - Constatando-se a situação de irregularidade, o **Contratado** será advertido para regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa do **Contratado** aceita pelo **Contratante**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **Contratante** comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **Contratado**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo **Contratante**, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO OITAVO - Persistindo a irregularidade, o **Contratante** adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando ao **Contratado** a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO - Caso o **Contratado** não regulariza sua situação e havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O Contrato não será rescindido por motivo de inadimplência no SICAF somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Findo este prazo sem que haja a regularização por parte do **Contratado**, ou apresentação de defesa aceita pelo **Contratante**, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizam descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e o **Contratado** sujeita às sanções administrativas previstas neste Termo de Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo previsto somente começará a correr após a apresentação da totalidade dos documentos previstos no parágrafo abaixo.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O pagamento, parcial ou total, só será realizado desde que as obrigações referentes ao objeto da contratação fornecido sejam cumpridas e após a emissão e a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Termo de Recebimento Provisório;
- b) Termo de Avaliação de Qualidade;
- c) Termo de Recebimento Definitivo;
- d) Notas fiscais de fatura;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nenhum pagamento será efetuado ao **Contratado**



enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O **Contratante** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo **Contratado**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao **Contratado**, sendo este insuficiente, fica o **Contratado** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo **Contratado** ao **Contratante**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O **Contratante**, estando tudo conforme, pagará ao **Contratado** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das notas fiscais/fatura pelo Fiscal Administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Conforme disposto no § 6º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o **Contratado**:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada do **Contratante**, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

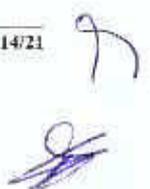
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO- É vedado à RFB o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários do **Contratado**.



PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - No pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos federais previstos na legislação vigente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, a retenção de tributos será feita na forma da referida Lei Complementar, e não conforme a IN SRF nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

O **Contratado** deverá indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao **Contratante**, o qual deve responder pela fiel execução do contrato, orientar os técnicos de manutenção que prestarão os serviços, bem como comparecer à RFB sempre que convocado. Para evitar que o **Contratante** fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Com a presente contratação, as licenças de uso de software passam a ser de propriedade da Receita Federal do Brasil -RFB)..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SIGILO

O **Contratado** não poderá disponibilizar qualquer informação de propriedade do **Contratante**, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a sua anuência expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em qualquer caso em que os equipamentos defeituosos precisarem de substituição, as suas informações deverão ser zeradas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os ativos a serem adquiridos não deverão conter qualquer método de envio de informações aos fabricantes ou outras partes, em sistemáticas conhecidas como controle de direitos autorais, controle de licenças, estatística de utilização ou qualquer outra nomenclatura adotada, a menos que o **Contratante** concorde explicitamente com o envio de tais informações, através de questionamento específico, claro e completo. Em caso de autorização de envio de informações, estas devem se limitar exclusivamente ao escopo que foi autorizado pelo **Contratante**. Da mesma forma, os equipamentos não devem em nenhuma hipótese registrar informações escondidas nos arquivos produzidos pelo equipamento, exceto aquelas previstas nos formatos dos documentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum suporte de dados (mídia) pode ser retirado de equipamento ou solução sem a anuência do **Contratante**. Caso seja necessária a substituição da mídia que, a critério do **Contratante**, estejam protegidas por sigilo ou possam comprometer a segurança das informações ou do ambiente do **Contratante**, este poderá reter a mídia, cabendo ao **Contratado** fornecer nova mídia sem ônus para o **Contratante**.

PARÁGRAFO QUARTO - O **Contratado** deve garantir que os equipamentos e meios utilizados pelos seus técnicos estejam livres de quaisquer programas ou características que



possam causar danos à disponibilidade, confidencialidade ou integridade dos dados. Constatado que contaminação, dano aos equipamentos ou dano aos dados foram provocados pelo **Contratado**, o mesmo estará obrigado a realizar manutenção corretiva e recuperação integral do ambiente e dos dados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedada a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do **Contratante**.

PARÁGRAFO SEXTO - O licitante vencedor deverá assinar um Termo de Sigilo e Confidencialidade antes da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O conteúdo do Termo de Sigilo e Confidencialidade pode ser visto no Anexo IV.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

A transferência de conhecimento, no uso das soluções desenvolvidas e implantadas pelo **Contratado**, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para o **Contratante**, com documentação técnica clara e completa explicitando a metodologia utilizada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A documentação técnica a ser fornecida por escrito, em português, deverá conter no mínimo os módulos descritos a seguir:

- Documentação das Funcionalidades: este documento conterá as características técnicas dos produtos e suas funções, procedimentos e parâmetros de configuração, etc;
- Documentação de Configuração e Operação: este documento conterá informações quanto aos procedimentos de configuração e operação, comandos e testes aplicáveis, procedimentos de inicialização e de configuração do software; e
- Melhores práticas e configurações recomendadas pelo fabricante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Tais documentações poderão consistir, por exemplo, de manuais, guias práticos, apostila.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverão ser direcionadas para os técnicos indicados pelo **Contratante** e focadas na solução adotada. Ao final da transferência, os técnicos do **Contratante** deverão estar aptos e capacitados a realizarem o monitoramento e a atualização do ambiente de infraestrutura do **Contratante**.

PARÁGRAFO QUARTO - Cabe ao **Contratado** realizar tarefas para completa transferência de conhecimentos para o **Contratante**, ficando responsável nas alçadas Cível e Penal por quaisquer danos causados pela transferência parcial ou inadequada dos conhecimentos, ou omissão de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição de equipamentos de digitalização de documentos visando atender às Unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com a finalidade de expandir o sistema "e-Processo", cujo objetivo é a criação de processos administrativos totalmente digitais, com uso da tecnologia Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)



e fluxo automatizado de trabalho (“Workflow”), correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.2110, Naturezas de Despesa 34490.52.35 – Equipamentos de Processamentos de Dados, Unidade Gestora 170010, ficando a emissão do empenho e posterior pagamento a cargo do **Contratante**.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA NOTA DE EMPENHO - Foi emitida pelo **Contratante** a Nota de Empenho nº 2015NE800363, de 9/7/2015, no valor de R\$ 5.759.520,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte reais), à conta da dotação especificada no *caput* desta cláusula, para atender as despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, o **Contratado** que, no decorrer da contratação:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	descumprir quaisquer obrigações, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas <u>leves</u>	1
2	não entregar documentação considerada <u>simples</u> , solicitada pelo Contratante	2
3	atrasar a execução do objeto apresentando justificativa parcialmente aceita pelo Contratante	3
4	atrasar injustificadamente a execução do objeto	4
5	descumprir prazos, exceto quanto aos itens 3 e 4 supra	4
6	cometer erros de execução do objeto	5
7	desatender às solicitações do Contratante	5
8	descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais anteriores, que sejam consideradas <u>médias</u>	5
9	executar o objeto contratado de forma imperfeita às exigências e não substituir no prazo estipulado	6
10	não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	7
11	não entregar documentação <u>importante</u> , solicitada pelo Contratante.	7
12	descumprir quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas <u>graves</u>	8
13	cometer inexecução parcial do Contrato	9
14	descumprir a legislação (legal e infralegal) afeta à execução do objeto (direta ou indiretamente)	9
15	cometer atos protelatórios durante a execução, com adiamento dos prazos, visando ensejar alterações de valores decorrentes de reajuste ou revisão	9



ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	dos preços contratados	
16	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto	9
17	cometer atos ilegais visando frustrar a conclusão do objeto contratado	9
18	Inexecução total do Contrato	10

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **Contratado** que cometer qualquer das infrações discriminadas no *caput* desta Cláusula ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

GRAU	MULTA		PRAZO DE IMPEDIMENTO (*)
	MORATÓRIA	COMPENSATÓRIA	
1	0,2% ao dia	1% por ocorrência	Não
2	0,5% ao dia	3% por ocorrência	Não
3	1,0% ao dia	4% por ocorrência	Não
4	1,2% ao dia	5% por ocorrência	Não
5	1,5% ao dia	6% por ocorrência	de 6 meses a 1 ano
6	2,0% ao dia	7% por ocorrência	de 1 anos até 2 anos
7	3,0% ao dia	8% por ocorrência	de 2 anos até 3 anos
8	4,0% ao dia	9% por ocorrência	de 3 anos até 4 anos
9	-	10% por ocorrência	de 4 anos até 5 anos
10	-	10% por ocorrência	5 anos

(*) **Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.**- art. 7º, *caput*, da Lei nº 10.520, de 2002.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará ao **Contratado**, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Multa pecuniária moratória, por dia de atraso injustificado, cuja base de cálculo é o valor total do objeto em inadimplemento, limitando-se a 30 (trinta) dias e a 10% (dez por cento) do valor total do objeto em atraso, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa compensatória e demais sanções;

II. Multa pecuniária compensatória, cuja base de cálculo é o valor total global do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada



[Handwritten signature]

cumulativamente com a multa moratória e demais sanções, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato; e

III. Impedimento de licitar e de contratar com a união e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos, no Contrato e nas demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUARTO - No processo de apuração de supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

a) documentos simples são aqueles que mesmo deixando de ser apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, não interfiram na execução do objeto de forma direta ou não cause prejuízos à Administração;

b) documentos importantes são aqueles que se não apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, interfiram na execução do objeto de forma direta ou indireta ou causem prejuízos à Administração;

c) descumprimentos de obrigações contratuais leves são aquelas que não interfiram diretamente na execução do objeto e que não comprometam prazos ou serviços, tais como obrigações acessórias;

d) descumprimentos de obrigações contratuais médias são aquelas que mesmo interferindo na execução do objeto, não comprometam prazos ou serviços de forma significativa e que não caracterizem inexecução parcial;

e) descumprimentos de obrigações contratuais graves são aquelas que mesmo interferindo na execução do objeto, e comprometam prazos ou serviços de forma significativa, não caracterizem inexecução total do objeto;

f) erro de execução: é aquele que, passível de correção, foi devidamente sanado; e

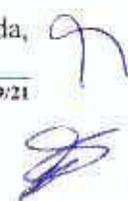
g) execução imperfeita: é aquela passível de aproveitamento, a despeito de falhas não corrigidas.

PARÁGRAFO QUINTO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas nos parágrafos anteriores realizar-se-á mediante processo administrativo que, assegurará ao **Contratado** o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO SEXTO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas aplicadas deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo Órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação que será enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada,



além da perda desta, responderá o **Contratado** pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - Caso não houver o recolhimento, será descontado da garantia de execução contratual. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o **Contratado** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, o **Contratado** será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, instituído pela Portaria CGU nº 516, de 2010, quando cabível.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, observados as razões, formas e direitos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pelo **Contratante** cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666, de 1993.

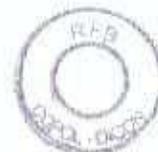
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

O presente Contrato terá validade depois de aprovado pelo Subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil e somente terá eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao **Contratante** providenciar, às



suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Unidade do Contratante

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS AÇÕES PARA ENCERRAMENTO CONTRATUAL

No prazo de até 10 (dez) dias úteis após o término da vigência do Contrato, o Gestor do Contrato elaborará Termo de Conclusão do Contrato a ser assinado pelo Contratante e pelo Contratado encerrando formalmente o pacto contratual entre ambas as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado na Divisão de Administração de Contratos da RFB/Copol/Colog/Dicon, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.



CONTRATANTE



CONTRATADO

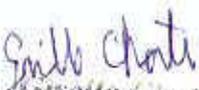
TESTEMUNHAS:

Nome:  Evarison MARTINS

CPF: 

RG: 

Nome:


Giselle Chater
Matricula 1811687
DICON/COPOL/RFB

CPF:

RG:





A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por sua Gerência de Filial de Logística Salvador, comunica a rescisão do termo de cessão firmado em 07/07/2014, com o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABAHO - 5ª REGIÃO, CNPJ 02.839.639/0001-90, cujo objeto é a cessão do área de imóvel onde se encontra instalado o PÁE TRT Barreiras/BA, da CAIXA, no Estado do Bahia, a partir da data de 8/24/2015, com amparo no Artigo 9º, Inciso I, da Lei nº 8.245/91.

YRLAYDE SILVA DOS SANTOS AELO
Gerente de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL LOGÍSTICA SÃO PAULO - SP

EXTRATO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

Processo: 708201539612015; Ata de Registro de Preços: 5521.090.2014.022; Contratada: VISIOEST COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA; Objeto: fornecimento e instalação de materiais de sinalização externa e interna, incluindo fita, para atendimento das unidades da CAIXA vinculadas às SRs ABC e Baixada Sertosa, no âmbito da GLOG/SP; Modalidade: Pregão Eletrônico 0807062-2014; Enquadramento Legal: Lei nº 8.080, de 21/09/1993, Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 7.450, de 31/05/2005 Valor Total: R\$ 57.086,30; Item Orçamentário: 5303-54; Data de Assinatura: 27/08/2015; Prazo de fornecimento e instalação: 15 dias.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/7062-2015**

A Caixa Econômica Federal informa que este Pregão será realizado por meio de sistema eletrônico, pela internet. Objeto: Registro de Preços, para a aquisição de leitores-folhetos de código de barras e LMC7 para as Unidades da CAIXA vinculadas pela GTEC, EM ÂMBITO NACIONAL, pelo prazo de 12 (doze) meses. Endereço Eletrônico do Pregão, disponibilidade do edital e informações: www.caixa.gov.br, clicar em PODER PÚBLICO, localizada no canto superior direito; selecionar Compras CAIXA, escolher a opção Pregão Eletrônico, Edital, Data de Credenciamento para o Pregão, até as 12:59 horas de dia 16/09/2015; Data e Horário do Recebimento das Propostas: até as 09:00 horas de dia 17/09/2015; Data e Horário do Recebimento dos Lances: das 10:00 horas às 10:30 horas de dia 18/09/2015. Contato: e-mail: glog03@caixa.gov.br, tel: 0800574104, ou na GLOG/SE, à Av. Paulista, 1294 - 7º Andar - Bela Vista, São Paulo/SP.

MARIA DE LOURDES SILVEIRA CASTRO
Proponente

MARIA DE LOURDES SILVEIRA CASTRO
Coordenadora de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL DE COMUNICAÇÃO E MARKETING CURITIBA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal; CONTRATADA: SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais de Santa Catarina; OBJETO: Patrocínio do 18º CONAMI - Congresso Nacional do Mercado Imobiliário; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta, com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); AUTORIZAÇÃO: AP 4569/2015.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL COMUNICAÇÃO E MARKETING SUL DE SANTA CATARINA - SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal; CONTRATADA: NC Brasil Feiras e Eventos Ltda. ME; OBJETO: 3ª edição da AgroPomie Agropromocionais e Agrícolas Familiares; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta, com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); AUTORIZAÇÃO: AP 5977/2015.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL COMUNICAÇÃO E MARKETING RONDÔNIA - RO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal; CONTRATADA: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia - OAB/RO; OBJETO: Patrocínio para realização do projeto "II Congresso Rondinense de Direito das Famílias"; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); AUTORIZAÇÃO: AP nº 4587/2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.caixa.gov.br/centralatendimento>, pelo código 00032015080200111

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL DE COMUNICAÇÃO E MARKETING PINHEIROSSP

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal; CONTRATADA: Conselho Regional de Química - IV Região; OBJETO: Patrocínio aos Minicursos CRQ-IV; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta, com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais); AUTORIZAÇÃO: AP 4421/2015.

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal; CONTRATADA: Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento; OBJETO: Patrocínio ao 29º Congresso do União Municipal de Mercado Atacadistas; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta, com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); AUTORIZAÇÃO: AP 1741/2015.

GERÊNCIA EXECUTIVA E HABILITAÇÃO MANAUS/AM

EXTRATO DE CONVÊNIO

1º Termo Aditivo ao ACP: Acesso de Cooperação Financeira que une o celebram a FSA - Fundo Sociocombi Caixa e a Associação Organização Não-Governamental NYMUNDARI com o objeto de promover os esforços necessários ao desenvolvimento do DIST - Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Habitacional VIVER MELHOR e seu entorno, a ser desenvolvido em Manaus/Amazonas; documento denominado PROJETO, apresentado pelo Agente Executor e aprovado pelo FSA CAIXA; prazo: por 12 meses; com prazo de execução com vigência de 30/08/2015 a 30/06/2016.

CASA DA MOEDA DO BRASIL

**AVISO DE LICITAÇÃO
REGIÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL Nº 13/2015-SRP**

A Casa da Moeda do Brasil - CMB comunica que realizará a seguinte licitação:

- Pregão Presencial Internacional com Registro de Preços nº 0012/2015 - Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Vermez Hexagonal e Solvente de Limpeza, no dia 17 de Setembro de 2015, às 10:00 horas.

O Edital eletrônico disponível no seguinte endereço eletrônico:

www.casadamoeda.gov.br
E-mail: carlos.ferreira@cmb.gov.br ou valdir@hoggcmb.gov.br
Telefone: (21) 2184-2348 / 2184-2288

CARLOS CESAR MARTINS FERREIRA
Proponente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 17/2015 UASG 173030**

Nº Processo: RJ-2015-8032 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Telemarketing para Prestação de Serviços Continuados de Orientação ao Cidadão (Virtual Center) na Localidade DisqueNet Direta Gratuita (DDG) para o CVM, Total de itens Licitados: 00001 Edital: 02/09/2015 de 09h00 às 15h00 e de 14h às 17h00 Endereço: Rua Sete de Setembro, 111 - 28 Andar - Centro Cezão - RIO DE JANEIRO - RJ, Entrega das Propostas: a partir de 01/09/2015 às 09h00 no site: www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 15/09/2015 às 13h00; site: www.comprasnet.gov.br

EDUARDO ARI NADER SIMAO
Gerente de Licitações e Contratos

(SIDEF - 01/09/2015) 173030-17202-2015NE000007

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EXTRATO DE CONVÊNIO

1. NATUREZA: Convênio que une a celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), CNPJ nº 00.394.350/000837, e os Municípios optantes mediante retenciones, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 884, de 5 de novembro de 2008.
2. OBJETO: Fazer a opção realizada pelo Município, na forma prevista no § 3º do art. 10 do Decreto nº 6.433, de 25 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2009, e nos termos da Resolução CGTR nº 2, de 7 de julho de 2008, para delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança do imposto sobre a Propriedade Terrestre Rural (ITR).

J. VIGÊNCIA: Prazo indeterminado e partir de sua publicação no Diário Oficial da União

MUNICÍPIO CONVÊNIO	UF	CEP	DATA DE ASSINATURA
PIRAR DO SUL	SP	13.114-000/00-01	24/08/2015
SANTA LIZBIA DE GRÓSIOS	SP	13.112-000/00-24	30/08/2015
TIMBURI	SP	13.113-000/00-54	17/08/2015
PIRACANGABA	SP	13.114-000/00-22	17/08/2015
INHUMA	SP	13.112-000/00-23	14/08/2015
CAJURUBA	SP	13.112-000/00-17	10/08/2015
UBIRAJARA	SP	13.112-000/00-02	21/08/2015
ARARA	SP	13.112-000/00-31	26/08/2015
AMARÁLIA	SP	13.112-000/00-54	27/08/2015
AGULHINHA	SP	13.112-000/00-31	27/08/2015
SANTA CRUZ DAS FLORES	SP	13.112-000/00-22	24/08/2015
CAMPORUBI	SP	13.112-000/00-02	31/08/2015
ESALUBI	SP	13.112-000/00-34	31/08/2015
BARANCI	SP	13.112-000/00-29	31/08/2015

DELEGAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM RECIFE

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 42015**

Tornamos público que o Pregão em epígrafe foi homologado em favor de E & S Segurança Ltda. ME no valor global de R\$ 41.523,61.

EDUARDO JOSE SANTOS REQUEIRA
Delegado

(SIDEF - 01/09/2015) 170000-00001-2015NE000001

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO
E LOGÍSTICA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015 - UASG 170010

Nº Processo: 12440000602201577
PREGÃO SRP Nº 44/2014, Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 1280211000109, Contratado: EPSON RIO DE JANEIRO IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA; Objeto: Aquisição de 1420 equipamentos de digitalização de documentos, com fornecimento de software e treinamento, visando atender às Unidades da RFB. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02; Vigência: 31/08/2015 a 30/08/2016; Valor Total: R\$5.759.526,00; Fome: 173017294 - 2015NE800363; Data de Assinatura: 31/08/2015.

(SICON - 01/09/2015) 170010-00001-2015NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2201 UASG 170010

Nº Processo: 10166723980201578
PREGÃO SISP Nº 3/2015, Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 16979920000172, Contratado: ALESSANDRO NUNES - ME; Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de check-in, para fins de atender demandas da SRRF01 e da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002; Vigência: 01/09/2015 a 31/08/2016; Valor Total: R\$21.005,00; Fonte: 150251030 - 2015NE000227; Data de Assinatura: 01/09/2015.

(SICON - 01/09/2015) 170010-00001-2015NE000001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015 - UASG 170010

Nº Processo: 10166723980201578
PREGÃO SISP Nº 3/2015, Contratante: MINISTÉRIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 12649361000173, Contratado: HILL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME; Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de cartões, para atender demandas da SRRF01 e da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002; Vigência: 01/09/2015 a 31/08/2016; Valor Total: R\$2.810,30; Fonte: 150251030 - 2015NE000228; Data de Assinatura: 01/09/2015.

(SICON - 01/09/2015) 170010-00001-2015NE000001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.